

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): narrativas, memórias e histórias na luta pela terra

Cristian Da Cruz Chiabotto

Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul (ESP/RS) – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

e-mail: cristianchiabotto.cristian@gmail.com

Rosangela Montagner

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Santiago, Rio Grande do Sul, Brasil.

e-mail: montagner@urisantiago.br

Resumo

O presente artigo é resultado de uma pesquisa realizada durante a conclusão da graduação em Psicologia a qual objetivou investigar a trajetória de vida de famílias assentadas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a constituição das identidades e das representações sociais dos sujeitos sem-terra. Para tanto, adotou-se o uso do procedimento metodológico da História Oral para resgatar memórias e narrativas que possam evidenciar as histórias de vida e de suas construções, em consonância com o processo de luta pela terra vivenciado por esses. O pressuposto de análise é trilhado por um trajeto teórico situado pela história da questão agrária no Brasil, além da conceituação da metodologia e da história oral, assim como as representações sociais e o compromisso ético-político da Psicologia, enquanto ciência e profissão na escuta das histórias de vida no campo.

Palavras-chave: MST; história oral; representações sociais; psicologia.

The Landless Rural Workers' Movement (MST): narratives, memories and stories in the struggle for land

Abstract

This article is the result of a research carried out during the conclusion of the degree in Psychology, which aimed to investigate the life trajectory of settled families of the Landless Rural Workers Movement (MST) and the constitution of the identities and social representations of the landless subjects, starting from the methodological use of oral history to rescue memories and narratives that can highlight the stories of life and their constructions in line with the process of struggle for land experienced by them. For such analysis, a theoretical path is traced through the history of the agrarian question in Brazil, the conceptualization of oral history methodology and social representations, and the ethical-political commitment of Psychology as a science and profession in listening to life stories in the countryside.

Keywords: MST; oral history; social representations; psychology.

El Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST): narrativas, memorias e historias en la lucha por la tierra

Resumen

Este artículo es el resultado de una investigación realizada durante la conclusión de la licenciatura en Psicología, que tuvo como objetivo investigar la trayectoria vital de las familias asentadas del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) y la constitución de las identidades y representaciones sociales de los sujetos sin tierra, partiendo del uso metodológico de la historia oral para rescatar memorias y narraciones que puedan poner de relieve las historias de vida y sus construcciones en consonancia con el proceso de lucha por la tierra que experimentan. Para tal análisis se traza un camino teórico a través de la historia de la cuestión agraria en Brasil, la conceptualización de la metodología de la historia oral y las representaciones sociales, y el compromiso ético-político de la Psicología como ciencia y profesión en la escucha de las historias de vida en el campo.

Palabras-clave: MST; historia oral; representaciones sociales; psicología.

Introdução

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social brasileiro de caráter popular e de massas, considerado um dos maiores movimentos sociais da América Latina. O MST, da forma como organiza-se hoje, surge na década de 80, no entanto, é fruto das inúmeras lutas camponesas enraizadas nos problemas da desigualdade no Brasil, a partir da invasão pelos portugueses e do genocídio dos indígenas nativos os quais essas terras habitavam. É importante destacar que durante o artigo há um trajeto histórico, imprescindível, pois a pesquisa visa esta questão: a reconstrução da história das lutas no campo e a intersecção da Psicologia pelo viés da contribuição teórica da história oral e das representações sociais, além da Psicologia sócio-histórica e dos estudos embasados na contribuição do materialismo histórico e dialético.

A contribuição teórica é evidenciada pelo percurso textual do presente trabalho a qual se inicia pela história da questão agrária e, conseqüentemente, finaliza-se nela. Afinal, é dessa história que o conhecimento é construído no espaço. Outrossim, a história da questão agrária aparece como um panorama contextual na presente pesquisa, juntamente à metodologia adotada, fundamentada pela história oral a qual é possível de ser ouvida/narrada pelos sujeitos e atores do movimento social camponês, pois, através dessa perspectiva, ganham voz enquanto os verdadeiros protagonistas do âmbito refletido.

As narrativas e vozes auscultadas de forma sensível, a partir do cuidado necessário de torna-las imersas em seus próprios contextos, propiciaram as intersecções com a teoria de marxista, já que tal movimento, por ele mesmo, coloca-se como um movimento de base materialista histórica e de dialética, utilizado a fim de compreender a sociedade através da luta de classes. Logo, é diante disso que a história oral em questão debruça-se ao salientar o processo histórico vivenciado por cada sujeito singular, além do processo conjunto com a questão da sociedade de classes a quais essas estão inseridas.

MST: Surgimento, luta e organização

A história das lutas camponesas baseia-se na história da estrutura política e econômica do Brasil. As disputas por territórios e por grandes áreas de terras concentradas na posse de poucos donos uma concepção distante de ser o início construído dessa história a qual se inicia com o descobrimento do país. Ainda, em outra perspectiva, pode-se pensar nessa pela invasão do Brasil pelos portugueses e pelos europeus, indivíduos os quais acarretaram a morte de milhares de indígenas nativos, habitantes e passíveis ao longo processo de colonização que se deu com essa chegada (COTRIM, 1996).

O problema da distribuição de terras perdura como uma problemática no Brasil, pois no ano de 1964, início do governo ditatorial cívico-militar no Brasil, marcou-se um viés importante na questão agrária do País: a criação da Lei da Terra no governo do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. A proposta, do então chamado “Estatuto da Terra”, era colocar em prática a questão da distribuição de terras e firmar a função social dessa no país. A partir da criação desse segmento de aspecto jurídico na questão fundiária, criam-se também dois momentos destacáveis nesse cenário político: a possibilidade de uma Reforma Agrária - agora pautada na Lei -, e a modernização do campo como uma capitalização da função social da terra (VINHAIS, 1968).

Nesse contexto, com a criação desse estatuto entre as décadas de 60 e 70, é que também se inicia no País o processo de modernização tecnológica no campo, fator inaugural de um grande episódio de êxodos rurais, os quais consolidaram as desigualdades na produção das terras a partir dessa modernização. Partindo então desse momento socioeconômico e também geográfico, pontos responsáveis por mudanças nos cenários das famílias do campo no território brasileiro, é que se constituem as dificuldades dessas famílias em fazer da agricultura familiar um meio de subsistência, assim como a perpetuação gradativa de uma desigualdade em relação à ocupação de terras, já que tal êxodo, situado em cidades ou fronteiras, transformou a população camponesa em uma mão de obra barata a qual abandonou a produção no campo; ao passo que essa situação também colocou outra alternativa como saída: a resistência e a ficada no campo (STÉDILE E FERNANDES, 2012).

É preciso ressaltar que esse processo de resistência aqui exposto, estabelece-se no sentido político, ou seja, propõe-se a demarcar não só uma posição territorial, mas também ideológica, pautada na luta de classes e na resistência dos processos hegemônicos da produção capitalista, cedendo lugar então ao nascimento dos movimentos sociais camponeses, que mais tarde denominaram-se de movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2005).

As massas rurais, compostas de um lado por assalariados agrícolas (arrendatários e meeiros) e por outro, de camponeses pobres e em condições precárias em suas pequenas

posses, formam então as Ligas Camponesas que atuam veementemente de 1945 até 1947, quando entram na clandestinidade com a proscrição do PCB (Partido Comunista do Brasil), que até então impulsionava as ações das Ligas Camponesas (MOTA & ESTEVES, 2006).

Diante, portanto, desse contexto histórico e político no período da ditadura civil-militar cujo Brasil viveu entre os anos de 1964 a 1985, sabe-se que a repressão e a tortura foram instrumentos utilizados pelos militares como meio de combater as ameaças desse suposto inimigo interno, personificado na ideia do perigo comunista, o qual, segundo a exposição Fregonezi & Priori (2017, p. 2471): “o aparelho repressivo utilizava instrumentos de exceção para combater a oposição política, além da censura dos aparelhos de comunicação”.

Entende-se, então, que a questão agrária nesse período passa por uma reviravolta histórica marcante na luta pela terra. De um lado, uma grande repressão e violência contra os movimentos camponeses, de outro, os governos militares propondo o Estatuto da Terra como alternativa a uma reforma agrária às avessas, que moderniza o campo e não acaba com a concentração fundiária (BRITO, 2014). Assim, é então no período entre 1976 e 1978 que acontece no México um encontro entre Francisco Julião - figura importante na construção e na luta das Ligas Camponesas - e João Pedro Stédile - na época ainda estudante - quem, contemporaneamente, é coordenador nacional do MST. Tal encontro coloca-se como um embrião para a construção do movimento, o qual começa com suas articulações políticas a partir da redemocratização e da grande expulsão massiva de camponeses do campo, questões que se articulam com os movimentos coletivos os quais lutavam pela democracia e por um país com justiça social (SANTIAGO, 2014).

É na efervescência desses movimentos democráticos que surge no período da ditadura militar, e com influências do processo histórico das lutas camponesas no país, o processo de criação do MST enquanto um movimento social. É nesse despertar político e social que através da Igreja Católica, pela perspectiva da Teologia da Libertação, que se criam as Comunidades Eclesiais de Base, pontos de origem à Comissão da Pastoral da Terra (CPT), órgão que passa a dialogar com as populações do campo, além de organizar as lutas políticas pela terra e contra as injustiças, que mais tarde culmina na criação do MST (MOGROVEJO, 2002).

No ano de 1978, a partir de uma expulsão de posseiros pobres de uma reserva indígena kaingang em Nonoai no Rio Grande do Sul, tem-se o registro de 1.200 famílias sem nenhuma posse de terra e que acampavam na beira de uma estrada. Algumas dessas famílias, aceitando uma proposta do governo federal, deslocaram-se para outro lugar, e as que ficaram, sob liderança de João Pedro Stedile, Ivaldo Gehlen e Fladimir Araújo, decidiram ocupar a Fazenda Macali, atraindo a grande mídia para o local, o que visibiliza a luta pela reforma agrária e inaugura um marco no nascimento do MST e de suas primeiras ocupações (MEDEIROS, 2013).

É diante desse contexto de lutas que surge também a União Democrática Ruralista (UDR), que segundo Bruno (1997) é uma organização de grandes latifundiários contra a reforma agrária, distribuída principalmente nas regiões Centro-Oeste e Sudeste do País. Essa entidade opõe-se violentamente contra os trabalhadores do campo a fim de manter a estrutura do monopólio fundiário existente.

Em 1981, acontece uma mobilização massiva de trabalhadores rurais no município de Ronda Alta no Rio Grande do Sul, partindo do acampamento Encruzilhada Natalino que estava sofrendo repressões do governo federal e do exército. Esse movimento consolida-se como um dos marcos políticos da luta pela terra do período, e também é influente na fundação do MST (MEDEIROS, 2013).

O MST então, no seu caráter organizativo, trabalha com diversas frentes além da reforma agrária. Ele também vela pela educação, pela saúde, pela produção e pela questão de gênero que, segundo Stédile e Fernandes (2012, p.94-95), são instâncias deliberativas de atividades chamadas de setor, organizadas conforme o processo do movimento foi instaurando-se, porque cada setor desenvolve as atividades as quais lhes são competentes. Como exemplo menciona-se o setor de educação, de produção, de gênero, etc.

A ocupação é uma das características fundamentais do movimento. Trata-se de um dos elementos constitutivos na luta pela terra. Segundo Stédile e Fernandes (2012, p.115), “ela é uma forma de luta contundente”, já que através da ocupação aglutinam-se pessoas que se organizam politicamente, propondo à sociedade o dever de se manifestar, pois ocupar e organizar-se são elementos de contrarreação à desigualdade e à pobreza agrária.

A reforma agrária - principal frente de luta pela qual o MST existe -, possui várias facetas e conceitos que precisam ser elucidados para a compreensão da proposta que o movimento pressupõe. Segundo Stédile e Fernandes (2012), existem três tipos de reforma agrária: 1) a clássica, que tem caráter capitalista e é feita pela burguesia, pensada na democratização do acesso da terra e tornando o camponês um produtor autônomo do mercado; 2) a reforma agrária da política de assentamentos que não modifica em nada a estrutura fundiária e apenas dá terra a algumas milhares de famílias, e, por fim; 3) a reforma agrária defendida pelo MST e pelos movimentos sociais, as quais defendem mudanças radicais na estrutura fundiária e na concentração dos monopólios de terra, propondo uma desapropriação regionalizada e que venha a mudar a realidade agrária do país.

Entre percursos metodológicos e percursos de vida: Assentamento Rondinha e a composição de memórias e narrativas de luta pela terra

Este trabalho foi realizado no Assentamento Rondinha, localizado na cidade de Jóia, região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Usou-se como base teórico-metodológica

para o procedimento da pesquisa a História Oral a fim de entrevistar os participantes. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e aprovada em todos os termos legais para ser realizada. Nomes e a confidencialidade dos envolvidos foram preservados, assim como todos que assinaram os devidos termos de participação.

Inicialmente, é necessário fundamentar a teoria da História Oral. Trata-se de um método de procedimento caracterizado como teoria e metodologia de pesquisa que surge a partir da técnica da entrevista com o intuito de registrar narrativas as quais registrem a experiência humana (FREITAS, 2006). Nessa perspectiva, o tempo e a memória encontram-se juntos para uma reconstrução das narrativas de vida dos sujeitos, as quais as histórias de vida correspondem a uma temporalidade e a um devir constante sobre aquilo que se narra.

Assim sendo, o olhar do homem no tempo e através do tempo, traz em si a marca da historicidade. São os homens que constroem suas visões e representações das diferentes temporalidades e acontecimentos que marcaram sua própria história (DELGADO, 2003, p.10).

A História Oral surge então como um modo de historiografia e como resposta à construção de uma “nova história”, proponentes ao estudo da história para além dos acontecimentos épicos os quais marcam a história da humanidade. Ela detém-se nas histórias do cotidiano, nas subjetividades e nos documentos, e, assim como a história tradicional, situa que depoimentos gravados são vistos como documentação válida dessa historiografia (FREITAS, 2006).

A partir desse modo de se fazer pesquisa, a memória dos sujeitos é um importante elemento para as entrevistas dentro da história oral. Por intermédio das lembranças que são evocadas pela narrativa de vida, é possível significar sentidos comuns a práticas cotidianas, reviver embates políticos e ideológicos e relembrar aquilo que constituiu sua história individual e coletiva, como reviver utopias e momentos que marcam a vida comunitária (THOMPSON, 1992). Afinal, é na memória que se baseia a construção das narrativas da História Oral. Também é ela que traduz processos de experiência não só individuais, mas também coletivos, uma vez que se trata de um aspecto que é político e que se movimenta com a reconstrução dos elementos históricos desses fatos e dos acontecimentos os quais constroem a subjetividade dos sujeitos, sendo caracterizada como reminiscências, ou seja, a evocação do passado (FREITAS, 2006).

Nesse sentido, a memória na perspectiva teórica da História Oral é compreendida pelo viés de uma memória histórica, entendida como a memória e a evocação de reminiscências, processos que estão diretamente ligados a um campo social, familiar e institucional. Segundo Freitas (2006, p.42), “lembrar-se é uma ação coletiva, pois, embora o indivíduo seja o memorizador, a memória somente se sustenta no interior de um grupo”.

Portanto, a memória aqui é vista como coletiva e sustentada a partir do compartilhar grupal/social de sua narrativa.

A subjetividade é um componente também crucial em História Oral, uma vez que os sujeitos que narram suas histórias e memórias a fazem a partir da sua singularidade e da forma como evidenciou-se os fatos, pois “a subjetividade está presente em todas as fontes históricas, sejam elas orais, escritas ou visuais” (Freitas, 2006, p.44). Destarte, é importante que o pesquisador possa analisar aquilo que se omitiu durante a narrativa e a seletividade dos conteúdos as quais o sujeito escolhe narrar ou não, já que segundo Freitas (2006), essa seletividade do discurso também possui significado.

Portanto, a história oral, enquanto metodologia desta pesquisa, possibilitou uma aproximação de sujeitos que são protagonistas da construção de um histórico de resistência e de luta por direitos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, justamente por ser um método que possibilita a escuta e a narrativa de experiências que são ao mesmo tempo individuais e coletivas, colocando em evidência questões sociais, políticas, históricas e culturais, fatores que possibilitam pensar esse movimento social através das histórias de vida e das memórias. Partindo destes pressupostos metodológicos, usou-se portanto um pequeno roteiro com os seguintes itens: 1) história de vida; 2) entrada no MST; 3) em que condições entrou para o movimento; 4) relação familiar (filhos(as), companheiro/companheira, etc.); 5) conhecimento e/ou percepção acerca da luta pela Reforma Agrária; 6) como se sente sendo membro do movimento, e; 7) cotidiano no assentamento (dificuldades, adaptação, etc).

As entrevistas feitas foram coletadas com o uso de um gravador e, posteriormente, transcritas para a análise por meio da perspectiva teórica das Representações Sociais, em específico, da escola marxista. Todos os nomes dos envolvidos foram modificados a fim de preservar as identidades e a confidencialidade dos dados dos participantes.

Trajetórias de luta no campo: (R)existências e memórias

Na perspectiva de investigar os testemunhos desses sujeitos, a história toma outra dimensão ao ouvir as vozes das pessoas e ao contribuir na construção ampla e complexa do passado. Nesse sentido, as testemunhas, aqueles que fazem a história de fato acontecer, são convocados entre as classes subalternas (THOMPSON, 1992, p.25-26). Logo, o processo de evocação das memórias como parte da construção desse passado que constitui essas existências, além de escutá-las como elementos cruciais nessas histórias, induz a dimensão de que as memórias narradas fazem parte de um processo de reconstrução da vida, de dimensão da complexidade e de insuficiência de colocar todos os acontecimentos em palavras na tentativa de captar a essência de cada experiência.

Como tal artigo provém de um recorte da pesquisa feita para o TCC da graduação em Psicologia, pretende-se firmar o embasamento do trabalho em duas entrevistas. Elas apresentam os participantes com os nomes de Angico e de Camomila - referências às ervas e aos chás presentes no cotidiano do assentamento. Inicia-se, então, o processo de entrevistas em História Oral, com Angico, um homem de 46 anos, professor e casado com Camomila:

“Bom, eu sou o Angico, eu sou natural de Trindade do Sul, região norte do Estado, filho de pequenos agricultores, nós somos em oito irmãos, três filhos homens e cinco filhas mulheres. Morava no interior, sempre lidei na lavoura né, na agricultura e ao mesmo tempo no garimpo, nós tinha uma região lá em Trindade que tinha garimpo. Mas sempre tive o sonho de estudar né...Na época lá era difícil, o médio só tinha na cidade então tinha que fazer uns quatro quilômetros pra pegar ônibus pra fazer mais doze quilômetros até ir na cidade.

E aí por participar de uma família muito religiosa, sempre participei das atividades da igreja né, meu pai domingo não tinha choro, tinha que todo mundo ir pra igreja...Pra ir se divertir, jogar bola ou ir pra uma festa em outra comunidade, primeiro tinha que rezar, a não ser se ia lá na outra e tivesse missa, então era muito participativo na igreja. Virei catequista e aí que começou o processo, a minha viravolta e entrada no movimento depois, em função da igreja né, pelos encontros. Dois grandes encontros assim que me marcou, um foi o encontro de CEBs no município de Ronda Alta, que aquilo ali marcou muito pra mim na minha juventude – 16 ou 17 anos – eu participei dessa atividade de formação...e depois o encontro de catequistas em Planalto, era diocese de Frederico Westphalen e fizeram um encontro de catequistas e eu fui a Planalto, e lá também fizeram a formação e mexeu muito”
(Angico).

Diante dessa narrativa de vida, percebe-se o elemento da educação também como uma ferramenta de luta pela terra, seja pela inacessibilidade das estradas que ligam o campo à cidade, seja pela precariedade em termos educacionais do campo antes dos anos 90, quando começasse a se pensar, a partir da própria luta do MST, em uma educação para os povos do campo, pautada em todas as questões políticas, culturais, econômicas e sociais desses povos (SANTOS, 2017).

Visualiza-se, também, o início da trajetória de Angico no movimento social pela via da Igreja. A importância da CPT como porta de entrada para a organização dos trabalhadores é fundamental na construção do MST, como já se discutiu anteriormente. A inserção desse movimento religioso, que surge a partir da Teologia da Libertação, também serve como base de reflexão para os princípios utilizados hoje pelo movimento, entendidos com mística. A mística utilizada enquanto liturgia é a sustentação ideológica do MST, e está presente nas marchas, bandeira, poemas, músicas e ritos que alimentam a esperança na militância do movimento (STEDILE e FERNANDES, 2012).

A linguagem expressa na mística - e na própria dinâmica desse fazer litúrgico de influência religiosa no MST - é um elemento de construção de representações sociais. Segundo Guareschi e Jovchelovitch (2013, p.19-20), é a partir do caráter simbólico e imaginativo que se dão as construções as quais edificam sentido ao mundo, através do afeto e da comunicação, que por meio da linguagem, expressa elementos históricos, culturais e míticos.

“Meu pai ficou doente e teve um problema de apendicite, e eu fui no fim de semana levar minha mãe no hospital em Nonoai e passei na frente do acampamento e ainda disse: como é que esses loucos sobrevivem? Tinha chovido e era uma fumaceira, como é que ficam debaixo da lona? E aí, olhando o pessoal acampado, aquele pessoal ganhou terra e me chamou atenção, também uns parentes de um cunhado meu foram assentados, e era de uma comunidade próxima...e aí aquilo me incomodou, se eles ganharam terra eu também posso ganhar né? Não preciso ficar virando pedra aqui, fazer agricultura nessas condições... e tinha um irmão mais novo ainda que tava em casa...daí eu disse: também vou pro acampamento...e na época tava se articulando – em 1993 – tava se articulando um acampamento em Lagoa Vermelha né, tinha um senhor que fazia o trabalho na região e é assentado aqui também, fazia essa articulação na região, trabalho de base, era a frente de massa, e saía fazendo as reuniões pra ir pro acampamento” (Angico).

A entrada de Angico para o MST, despertada pela curiosidade e pela percepção de que era possível lutar para conquistar uma terra e uma condição de vida digna, dá-se tanto pelas suas experiências anteriores com as formações da CPT, quanto pela tomada de consciência de classe, entendida no enfrentamento à marginalização no campo causada pelo capitalismo e pela elite agrária. Tal inconformidade com essa situação expressa na frase “fazer agricultura nessas condições” o elemento político da luta de classes no campo, emblema de uma população subalternizada e explorada a qual compreende a necessidade de uma transmutação em sua condição de classe. Essas relações, pautadas na propriedade privada e no capital, faz com que aconteça a desigualdade entre uma classe e outra, construídas na força de trabalho dos proletários e na acumulação de capital dos burgueses, configuradas no modo de produção capitalista (MARX & ENGELS, 2014).

Diante disto, é na base das lutas camponesas que se compreende as relações capitalistas de produção as quais se fazem presente no campo; relações essas, imperialistas, e que causam um atraso na resolução da questão agrária brasileira. Segundo Guimarães (2011, p. 91), “decorre fundamentalmente, da evasão de parte substancial da renda nacional para as metrópoles, durante toda nossa história”.

A história de vida de Angico na busca por melhores condições de vida, assim como a história de muitos camponeses no Brasil, passa pelo êxodo rural. O fato de que esse vivencia uma experiência de busca dessas melhores condições indo para a cidade, expressa o caráter do sentido de resistência da luta pela terra que, segundo Stédile e Fernandes (2012,

p.19), não aceita a ida para a cidade como saída para os problemas e que quer permanecer no campo para lutar. Segundo Leite et. al (2016, p.94), ao ser expulso de sua região, o homem do campo é destituído de sua identidade e passa a ser alguém vulnerável na cidade, passando por um processo de invisibilidade de sua existência, fadado apenas a sobreviver na ausência de sentido que se produz em seu viver fora da realidade do campo.

Ao retornar para o campo, Angico encontra no movimento social a possibilidade de lutar por seus direitos e, mesmo contra sua família, reconhece sua identidade sem-terra no campo. Ao aderir-se ao acampamento do MST, ele passa a construir outra face de sua história de vida: a resistência política.

Angico inicia então sua trajetória dentro do movimento, circulando em diversas instâncias até finalmente encontrar-se na educação. No processo de compor uma frente de trabalho do movimento - neste caso, o setor de educação -, é que se observa a construção da identidade enquanto um sem-terra militante, enfim partícipe do movimento social. A experiência de coletivização e participação no processo do acampamento, constrói essa identidade a partir da relação com esse espaço, afirmando a característica de que os movimentos sociais constituem uma identidade cultural de um grupo marginalizado a qual se concebe como um produto histórico (WOODWARD, 2000).

Ainda nessa perspectiva de uma identidade coletiva, o fato de Angico ter sido indicado a um curso de magistério para tornar-se professor dentro do movimento explicita a criação de uma aprendizagem política no MST, caracterizada por uma consciência grupal e de práticas coletivas que democratizam as relações sociais e dão espaço para a criação dessa nova identidade e do modo de relacionar-se com o mundo (BELO e PEDLOWSKI, 2014).

Nesse sentido, pelo viés de vivenciar os atos de resistência coletivos como uma visão de mundo, ou seja, no campo das representações sociais, que Gramsci (1981) diz que somos homem-coletivo, e que, sendo assim, nossas concepções de mundo são dialéticas e geradoras de mudanças, coexistindo com as representações de uma época, as quais também são conservadoras e ligadas à classe dominante.

A concepção de mundo de uma época não é a filosofia deste ou daquele filósofo, deste ou daquele grupo de intelectuais, desta ou daquela grande parcela das massas populares: é uma combinação de todos estes elementos, culminando em uma determinada direção, na qual sua culminação torna-se norma de ação coletiva, isto é, torna-se história completa e concreta (GRAMSCI, 1981, p. 32).

Concebe-se, então, a partir desses atos de resistência, um processo de narrativa na vida de Angico, constituída por elementos como ocupações, ações policiais, marchas e formações políticas, conjunto o qual se pode fazer a mudança dialética das representações sociais. Fundamental frisar que essas representações vão sendo compostas à medida em que todos esses elementos vividos vão engendrando-se e formando uma nova concepção de

mundo, já que segundo Paes (2006, p.178) “a humanidade deve ser educada para apropriar-se da realidade histórica de forma a tomar consciência”, ou seja: é a partir de uma compreensão histórica dialética em que os sujeitos superarão a sociedade de classes e os modos de produção capitalista.

Tais trechos da história de Angico, todos fortemente marcados pelo elemento da coletividade e da construção de uma nova identidade social marcada pela luta política (pela terra, pela educação, pela saúde e por outras pautas), tornam evidente o processo de construção das representações sociais como um elemento dialético da relação Eu-Outro, privado-público, fora e dentro, que se constroem à medida em que a trajetória de vida entrecruza-se com a de luta.

Portanto, nessa perspectiva em que as representações sociais emergem de uma história de vida há o sentido coletivo, uma vez que segundo Lukács (1967) a visão de mundo (representações) são os conjuntos, elementos e sentimentos que congregam os membros de um grupo em torno de uma ideia. Ressalta-se que esse grupo é sempre composto por uma questão de classe.

A seguir apresentam-se as narrativas de Camomila, mulher de 52 anos de idade, professora e casada com Angico:

“[...]sou assentada no assentamento Rondinha no município de Joia, sou professora...E vir pra cá tem um processo. Eu sou filha de pequenos agricultores que foram expulsos da terra na década de 50, sempre foram meeiros, peões. Meu pai trabalhou 30 anos numa empresa rural no município de Santa Bárbara de onde ele era oriundo e eles acabaram indo pra cidade pra que os filhos estudassem, eles fizeram uma opção familiar de deixar de herança pros filhos o estudo. Então eu não me constituí uma sem-terra como o processo que o Angico viveu, mas eu também veio de uma família sem-terra, a minha mãe tinha muito medo das ações policiais então nunca deixou meu pai participar porque ela tinha medo de que ele morresse né, e aí como é que a gente ia ficar...” (Camomila)

Tal narrativa, que inicia a história de vida de Camomila, evidencia-se através da vivência singular dessa no processo histórico vivenciado por famílias que foram expulsas do campo e que viviam como meeiros em uma terra emprestada. Evidentemente, também sofriam com as consequências da desigualdade fundiária. A migração do campo para a cidade era uma das vias aos trabalhadores rurais que não optavam pela luta, seja pela permanência na terra, seja pela redução das taxas de arrendamento (MEDEIROS, 1989).

Ainda pela perspectiva das representações sociais, pode-se perceber na narrativa que a concepção de uma identidade sem-terra não está ligada apenas a uma organização política dentro de um movimento social. A entrevistada mesmo vivenciando o processo social e econômico de não possuir terra - e apesar de não ter vivido o mesmo processo

organizacional do movimento como seu cônjuge-, percebe-se como sem-terra desde sua constituição familiar mais tenra.

Segundo Minayo (2013, p.90), as representações sociais estão presentes nas vivências e nas contradições vivenciadas pelos grupos sociais, as quais correspondem a situações reais de vida mediadas pela linguagem, à medida em que também constituem núcleos de transformação e de resistência das diversas maneiras de conceber e construir essa realidade vivida.

“Como o Angico te contou né, a gente se conheceu numa ação educacional, eu sou pedagoga e bacharel em direito, eu fazia direito nesse processo né...então sempre me chamou muita atenção assim, porque a gente sabia que eram pessoas simples, humildes, que tavam na luta por busca de direitos que todos temos, e então eu como estudante de direito me senti chamada para aquela atividade de exposição, porque naquele semestre eu fazia aulas de manhã e de noite pra terminar o curso de uma vez...aí eu vi eles montando a exposição, e de noite eu saí de uma prova e fui assistir a fala deles e achei muito interessante”. (Camomila)

Camomila apresenta então a história de seu relacionamento com Angico, quando inicia o seu processo de ida para o movimento. Anteriormente, Camomila narra que no início de sua vida, mesmo sendo uma sem-terra, não participou de fato do movimento social. A entrada deu-se pelo encontro e pela identificação com Angico durante uma ação acadêmica, momento em que se sentiu convocada a participar daquele processo de transformação social, situação evidenciada na frase “na luta por direitos que todos nós temos”.

A essa concepção de que há direitos que lhes são negados, há uma ação das representações da tomada de consciência de Camomila enquanto sujeito de um processo histórico e de uma luta de classes, conceito a qual Lukács (1967) define como a expressão da consciência coletiva de classe refletida na consciência individual, em que a visão de mundo do sujeito passa a ser um conjunto do viver social através do processo histórico da constituição das classes.

Dado o exposto, portanto, dessas teorias marxistas acerca das representações sociais, o processo de consciência aparece como o principal elemento que constitui esse processo representacional na vida social e que constitui os sujeitos, uma vez que para Marx (1984, p.37) essa consciência não é um elemento cognitivo individual determinante da vida: ao contrário, a vida e seus processos do além indivíduo é que são determinantes nesse processo da consciência.

“A gente brigou muito pra que a escola se constituísse uma escola de formação dos filhos dos trabalhadores, então tinha gente que não se adaptava nesse processo... como era o governo do Olívio, teve toda a questão da constituinte escolar, a escola nasceu nesse período, por isso que a escola tem esse DNA, que se diferencia das outras, porque ela vem de uma luta coletiva, ela foi constituída nos seus documentos e em todo processo dela, por um coletivo, não é algo que os

professores se fechavam, a gente chegou estudar livros pra explicar pros pais e a pra daí tomar decisões”. (Camomila)

A narrativa de Camomila expressa em sua história, o entrelace e a entrada no movimento pela via da educação. Tal relação concretiza-se pela dialética entre o que é do sujeito e sua constituição singular, e o que é do social. Nesse caso, do movimento enquanto um processo de identidade e de afirmação de um lugar de produção de subjetividades constituídos em uma outra via, há o espaço onde as práticas sociais são de fato o enlace do sujeito e da sua relação com o mundo (LEITE E DIMENSTEIN, 2010). A construção (física e simbólica) da escola no assentamento é, portanto, um fruto dessa produção de subjetividade coletiva, da concepção de um mundo coletivo e social. É notório na narrativa de Camomila o início desse processo da luta por educação dentro do assentamento, possibilitado apenas no momento em que cada sujeito se constitui nessa luta, assumindo a identidade sem-terra como uma demarcação da diferença e de um outro lugar social (CRUZ, 2010).

É também a partir da expressão “pra que a escola se constituísse uma escola de formação dos filhos dos trabalhadores” que ocorre a percepção de construção de uma representação social desse lugar onde os sujeitos do movimento ocupam. O segmento discursivo evidencia mais uma vez a concepção materialista-histórica do MST sobre o seu lugar de classe, constituídos enquanto trabalhadores, explorados pela burguesia detentora do capital que produz as desigualdades, os quais não possuem outra alternativa senão a de lutar (MARX, 2014, p.35).

Dessa forma, a construção dessas representações sociais de um lugar de classe e de uma concepção materialista, induz a percepção da constituição de um sujeito sócio-histórico. Vygotsky (2001) propõe pensar a psicologia a partir desses pressupostos materialistas, ou seja, a constituição do homem para além do que o mesmo chama de psicologismo idealista, onde as subjetividades, emoções e fenômenos psíquicos são construídos apenas a partir de pressupostos biológicos e separados da história, da cultura e da sociedade. Portanto, Vygotsky (2001, p.8) apresenta que o traço dessa nova psicologia é o materialismo, considerando que todo comportamento humano é constituído de movimentos dotados de propriedades de existência material.

Logo, Vygotsky traz da teoria marxiana a compreensão de que a história é um fator determinante na vida dos indivíduos, e que é nessa tomada de consciência de um processo que é histórico e é dialético, que os sujeitos se constituem.

Vygotsky parte do pressuposto marxiano de que a sociedade, tendo em vista seu caráter histórico, é uma totalidade em permanente inter-relação com infinitas particularidades. Para ele o desenvolvimento psicológico do indivíduo somente pode ser percebido na relação dialética entre a totalidade concreta das forças materiais no seu movimento histórico e os demais produtos do gênero humano (PAES, 2006, p. 178-179).

É a partir dessa construção de uma consciência histórica, materialista-dialética que, portanto, aconteceria a superação da sociedade de classes. Diante da narrativa de luta de Camomila, que agencia sua história de vida singular a um processo coletivo, de uma luta que extrapola apenas os seus direitos individuais, percebe-se a construção dessa consciência de classes (PAES, 2006).

Dessa forma, as representações sociais rompem com a dicotomia indivíduo e sociedade, assim como interno e externo, compreendendo, portanto, que há uma dimensão de construção que é simultânea e social, que estabelece a comunicação entre os sujeitos e suas representações e que se dá de forma subjetiva e intrasubjetiva. Segundo Magalhães (2014, p.248), há “três elementos necessários ao desenvolvimento do sujeito: ele próprio, o mundo ao seu redor e a relação que os imbrica”.

Conclusões e caminhos a serem trilhados: a contribuição da Psicologia nos movimentos sociais do campo

Todo o processo de construção, deste percurso de pesquisa(dor), faz-se pertinente para pensar os sujeitos históricos por uma outra perspectiva para Psicologia: as lutas por direitos sociais. Tais lutas só podem evidenciar-se através do principal instrumento de trabalho do psicólogo: a fala/linguagem. Bakhtin (1986, p.36) diz que o material mais significativo para a comunicação da vida cotidiana é a palavra - ela é o meio pelo qual se estabelece a relação social e a ideologia.

Nesta perspectiva, pode-se pensar as narrativas dos sujeitos do movimento como as expressões simbólicas que colocam em evidência suas experiências de luta e da trajetória de militância. A fala é a arena onde se confrontam os valores sociais - e expressa-se a luta de classes -, pois ela é constituída por um material que é puramente histórico, evidenciando em um campo de expressão de luta social, ao mesmo tempo que é um instrumento de luta e que coloca o que é do sujeito em construção com o processo social (BAKHTIN, 1986, p. 14).

Assim, no decorrer da pesquisa, apresentam-se as narrativas de vida através da História Oral, a qual cada sujeito-ator do movimento pode expressar sua luta social em sua narrativa, tornando-se sujeito - da linguagem e da representação - e ator - de um processo social de luta por direitos. O sujeito-ator do movimento sem-terra, não é então um sujeito passivo à realidade social imposta pelo modo de produção capitalista; ele é um sujeito que através do seu processo singular de vivência, transforma e é transformado pelo mundo na medida em que se coloca num grupo social e forma uma identidade atravessada por esse modo de existência, construído por condições objetivas iguais (BOURDIEU, 2006).

Essas condições de existências objetivas iguais e materiais - que é o lugar de classe - de um grupo subalterno, tornam possível o processo de identificação desses sujeitos-atores com a luta de uns com os outros, tornando assim o sujeito-ator sem-terra o próprio veículo por qual se dá a luta por direitos sociais. Assim, essas representações sociais expressam esse lugar de uma classe dominada e refletem os interesses dessa classe em lutar pela transformação da realidade hegemônica a qual produz as classes dominantes do sistema capitalista (MINAYO, 2013).

A Escola Marxista das representações sociais, portanto, contribuiu no sentido de captar as narrativas desses atores do MST nesse lugar de classe e da construção de representações contra-hegemônicas, expressas numa identidade coletiva em torno de uma luta que também é coletiva, e que compreende a necessidade de lutar por direitos historicamente negados dentro da produção das desigualdades, além de construir um sujeito singular do movimento. Segundo Caldart (2000, p.199), a experiência sem-terra é uma experiência de formação humana e constitui um sujeito pedagógico enquanto prática coletiva e educativa na vida dos sujeitos os quais compõem o movimento.

É nessa prática coletiva e narrativa que esses sujeitos constroem seu lugar de existência dentro do movimento, à medida em que recuperam essa capacidade de ser e de existir enquanto sujeitos de direitos que subvertem a lógica desigual imposta pelo capital imperialista e burguês no campo, (re)existem e constituem novos modos de ser além de lutar para sobreviver dentro das condições materiais de existência, formando assim um processo de permanente das representações sociais na relação Eu-Outro que se dá na circulação do espaço público da vida que esses sujeitos-atores ocupam (JOVCHELOVITCH, 2013).

Essa relação Eu-Outro é um ponto constante nas narrativas de vida das famílias entrevistadas do MST, seja um Outro do movimento com quem se identificam e constroem suas identidades, seja o Outro da hegemonia capitalista da realidade desigual pela qual se luta para modificar. Nesse movimento dialético desses sujeitos mobilizados na e pela história que se dá o surgimento das representações sociais, compreendidas nesse processo de exteriorização e de contato dos afetos que são pessoais e sociais, produtos de um contexto das condições sócio, político, econômico e cultural que esses sujeitos encontram-se (SPINK, 2013).

A memória evocada nessas narrativas de vida aparece também como um importante elemento da constituição dessas representações sociais da vida. O processo de lembrar aqui, segundo Delgado (2003, p.19), é crucial para a construção de um conhecimento histórico, e é, através da narrativa oral dessas memórias que são ao mesmo tempo individuais e coletivas, que se pode estabelecer o paralelo e a co-construção dos sujeitos com o processo histórico atravessado pela sociedade no momento dos acontecimentos os quais esses lembram.

Tal consideração sobre a resistência ligada a um processo identificatório, vem ao encontro do que se percebe nas narrativas dos sujeitos do MST, pois os sujeitos expressam uma identidade coletiva fundamentada em uma identificação e no encontro das histórias de vidas anteriores ao movimento, bases para a luta em prol de algo comum, nesse caso, os direitos sociais, sejam esses o direito à terra como um elemento central, ou aos demais que acompanham esse, como saúde, educação, moradia, estradas e etc. Moscovici (1976, p.171) fala que as representações sociais emergem justamente onde há um perigo para a identidade coletiva, ou seja, as representações por si só são frutos de um processo de resistência dos grupos sociais em lutar por sua existência e identidade, interpretando o mundo a partir de suas vivências e do lugar – nesse caso, de classe - que ocupam no mundo. Diante disso, então, afirmam-se as representações sociais enquanto componentes da relação do sujeito com o mundo e com a história, as quais moldam suas percepções de vivências e experimentadas ao longo da vida, demarcando, no caso do MST, essa representação social da coletividade e da militância no movimento social enquanto modo de existir.

A memória, a narrativa e a resistência, então, aparecem enquanto processos que compõem e reconstróem as histórias de (re)existências dos sujeitos do MST, processos esses que retratam uma luta coletiva por direitos sociais atravessadas com a vida de cada um dos sujeitos à medida em que a luta pela terra é uma luta por recompor as humanidades que foram perdidas e violentadas pelo capital. Trata-se de uma luta contra os grandes latifúndios e que tem a tarefa histórica de produzir uma outra sociedade, e um outro modo de produção não hegemônico e capitalista (CALDART, 2000).

Por fim, como última reflexão, reside o questionamento: **e quem escuta as vozes do campo?** Para (re)pensar o papel da Psicologia enquanto ciência e profissão no compromisso à escuta e às ações que se voltem aos povos do campo e aos movimentos sociais camponeses. É preciso compreender que o espaço público, ou seja, esse emaranhado de afetações coletivas os quais cercam os sujeitos, produzem e afirmam as singularidades de cada um, e é nesse entremeio que deve se dar o compromisso ético e social da Psicologia em tencionar esses espaços e em democratizar a coletividade como uma possibilidade social (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013, p.31).

Ademais, diante então de todo o processo histórico e social que os povos do campo vivenciam no Brasil, desde a colônia, é preciso atentar-se às histórias que essas vozes têm a contar - porém, quem as escuta? Vasquez (2009, p.864) coloca que a formação em Psicologia é majoritariamente voltada para o homem urbano e tal processo afasta as ciências Psi da compreensão das subjetividades do campo e de todos os atravessamentos políticos e culturais que se dão por esse outro modo de vida que é o campesinato. Assim, partindo dessa perspectiva, as vozes do campo não são escutadas em suas especificidades.

Vasquez (2009) diz que é preciso que meio rural seja um local de intervenção do psicólogo, colocando também a luta pela terra como um elemento crucial para pensar a formação subjetiva dos sujeitos do campo e dos movimentos de resistência que se produzem nesses locais, levando em conta essa cultura do campo e promovendo discussões as quais possam pautar a criação de políticas públicas específicas para essas populações com o fito de que sejam promotoras de cuidado e de escuta¹.

Destarte, é necessário que a Psicologia tome uma posição ética de cuidado, de um compromisso social e histórico e, é partindo disto, que tanto as teorias sócio-históricas e materialistas, quanto as teorias das representações sociais, sirvam de subsídio para esse compromisso. Nesse sentido, é preciso que se compreenda que é necessário que a Psicologia abra seu arcabouço teórico e amplie suas práticas e compreensões de que o homem social deve ser visto/percebido, ultrapassando a barreira de uma área fechada em si mesmo, além de traçar contato com as ciências sociais. A partir dessa abertura, necessária para a Psicologia dentro de campos ainda não muito visados, como o dos movimentos sociais do campo é que se deve pensar na identidade brasileira formada no processo histórico. Há um sujeito e uma identidade histórica constituinte e que atravessa o povo brasileiro com o qual a Psicologia trabalha, e que, segundo Carmem Backes (1995, p.10-13), a identidade imposta pelos colonizadores baseia-se na exploração e na destruição do outro como forma de alicerce dos processos históricos do Brasil, entre esses, do processo de lutas camponesas vistas aqui anteriormente.

Essas violências que foram perpetuadas ao longo de nossa história, subjagam o sujeito brasileiro ao que Darcy Ribeiro (1995) nomeou de “ninguendade”, ou seja, um processo de negação da própria identidade, da própria raiz – seja ela de raça, classe ou cultura – em face de construir uma identidade colonizada e explorada a qual se submete a uma hegemonia que conforme visto anteriormente, é a hegemonia da produção capitalista, geradora de desigualdades.

Então, essa ningundade é que importa à Psicologia, especificamente desses sem-terra, antes sem-identidade (ou seja, os “ninguéns”), cuja escuta cuidadosa precisa dar voz às histórias que emergem da ningundade para construir uma identidade coletiva e histórica, uma luta necessária para se colocar no mundo. É compromisso, portanto, da Psicologia enquanto ciência e profissão, que se encontre disponível a escutar essas vozes, mediante

¹ O envolvimento de profissionais do campo psicológico com as questões sociais se sustenta pela exigência ética de que onde houver seres humanos sendo explorados, humilhados, desqualificados, discriminados, aí está a real demanda para estes profissionais. [...] Abordar a Psicologia e as questões da terra tem esse compromisso ético, e implica desvelamento da história que nos tem constituído como povo, que marca a construção de nossas subjetividades (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013, p.32).

uma ética do cuidado e do olhar histórico, construindo possibilidades de existência aos povos do campo (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013).

Referências

AUED, Bernardete Wrublevski. **A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas – 1955-1964**. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 1986.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

BACKES, Carmen. **A identidade nacional: o Brasil entre história, memória e ficção**. In: Brasil: Psicanálise, ficção e memória. – Porto Alegre, RS: Revista APPOA, 1995.

BAUER, Martin. **A popularização da ciência como “imunização cultural”: a função de resistência das representações sociais**. In: Textos em representações sociais – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BENSAÏD, Daniel. **As classes ou o sujeito perdido**. In: Marx, o intempestivo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BELO, Diego Carvalho; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do Sem Terra**. Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 17, nº. 24 pp. 71-85 Jan.-jun./2014. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2581>>. Acesso em: 10 de Agosto, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática: precedido de três estudos de etnologia Cabila**. – Portugal: Celta Editora, 2006.

BRASIL. **Estatuto da Terra** (Lei nº 4.504/64). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 10 de Agosto, 2019.

BRANDÃO, Luiz Carlos Kopes. **A colonização brasileira, do descobrimento ao estatuto da Terra**. Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas, n.1, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta/article/view/52>>. Acesso em: 8 de Agosto, 2019.

BRITO, Ricardo José Braga Amaral De. **A luta camponesa e a repressão durante a ditadura empresarial-militar (1964-1985)**. Revista Habitus: Revista de Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 72-87, 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus/article/view/11454>>. Acesso em: 3 de Setembro, 2019.

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra : a nova face política das elites agro-industriais no Brasil**. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra: escola é mais do que escola**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

COTRIM, Gilberto. **História & Consciência do Brasil, 1: da conquista à independência**. – 10.ed. – São Paulo: Saraiva, 1996.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação das (os) Psicólogas (os) em Questões Relativas a Terra**. – Brasília: CFP, 2013.

DELGADO, Lucia de Almeida Neves. **História Oral e Narrativa: tempo, memória e identidades**. Revista Dossiê História Oral, 2003. Disponível em:

<https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819734/mod_resource/content/1/DELGADO%2C%20Lucilia%20%E2%80%93%20Hist%C3%B3ria%20oral%20e%20narrativa.pdf>. Acesso em: 15 de Setembro, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. NERA. São Paulo, Ano 8, N.6, p. 24 – 34, Janeiro - Junho de 2005. Disponível em: < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>>. Acesso em: 12 de Setembro, 2019.

FREGONEZI, Rute Maria Cham. **A ditadura militar no Brasil: golpe, repressão e tortura**. Maringá, PR: Anais do VIII Congresso Internacional de História, 2017. Disponível em: < <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3897.pdf>>. Acesso em: 13 de Setembro, 2019.

FREITAS, Sônia Maria. **História Oral: Procedimentos e possibilidades**. – 2ª ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GRAMSCI, Antônio. **A concepção dialética da história**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **As três frentes da luta de classes no campo brasileiro**. In: Questão Agrária e Política – autores pecebistas – Rio de Janeiro: Editora Edur UFFRJ, 1996.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Vivendo a vida com os Outros: Intersubjetividade, espaço público e representações sociais**. In: Textos em Representações Sociais. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LEITE, Bruna Fontes Sepulveda., *et al.* **O trabalhador expulso do campo se transforma em Homo sacer na cidade: as consequências da pobreza entre pequenos produtores rurais no Brasil**. In: PRADO, SD., et al. orgs. Estudos socioculturais em alimentação e saúde: saberes em rede. [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2016. Sabor metrópole series, vol. 5, pp. 81-102. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/37nz2/pdf/prado-9788575114568-05.pdf>>. Acesso em: 6 de Setembro de 2019.

LUKÁCKS, Giorgio. **Existencialismo ou Marxismo?** – São Paulo: Senzala, 1967.

MARX, Karl. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857- 1858 - Esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2014.

MEDEIROS, Arthur Silva de. **Antecedentes históricos da luta pela terra no Brasil e o surgimento do MST**. Sociologia, Antropologia e cultura jurídicas [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UNINOVE. – Florianópolis : FUNJAB, 2013. Disponível em:

<<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=52d5d0f100d9de6a>>. Acesso em: 10 de Agosto, 2019.

MENDES, Naira Letícia Giongo. **A contribuição dos assentamentos de reforma agrária para o desenvolvimento econômico e social do Município de Jóiá**. Ijuí, RS: Repositório Institucional UNIJUÍ. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/607/Naira%20-%20TCC.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 23 de Agosto, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica**. In: Textos em Representações Sociais – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. – 28 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

MORAES, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil**. In: A questão agrária do Brasil 4: História e Natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MOSCOVICI, Serge. **La psychanalyse, son image et son public**. 2. Ed. Paris: PUF, 1976.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOTTA, Márcia; ESTEVES, Carlos Leandro. **Ligas Camponesas: história de uma luta (des) conhecida**. In Motta, Márcia; Zarth, Paulo. Formas de resistência camponesa. vol. II. São Paulo, UNESP, 243-257.

NEVES, Margarida de Souza. **História e Memória: os jogos da memória**. In: MATTOS, Ilmar Rohloff (org.). Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador. Rio de Janeiro: Access, 1998.

NOZOE, Nelson. **Sesmarias e Aposseamento de Terras no Brasil Colônia**. Revista Economia, v.7, n.3. 2006. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p587_605.pdf>. Acesso em: 13 de Agosto, 2019.

PAES, Pablo C. Duarte. **Vygotski e os fundamentos de uma psicologia marxista**. Cadernos Cemarx. Marxismo e educação, nº3, 2006. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/article/view/1368>>. Acesso em: 18 de Setembro de 2019.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SANTIAGO, Vandek. **Francisco Julião, as Ligas e o golpe militar de 64**. Recife: Comunigraf Editora, 2004.

SANTOS, Marta Alves. **Lutas sociais pela saúde pública no Brasil frente aos**

desafios contemporâneos. R. Katál., Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 233-240, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v16n2/09.pdf>>. Acesso em: 30 de Agosto, 2019.

SANTOS, Ramofly Bicalho. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: O protagonismo dos movimentos sociais**. Teias v. 18, n. 51, 2017 (Out./Dez.): Micropolítica, democracia e educação. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24758>>. Acesso em: 10 de Setembro, 2019.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. **Halbwachs: memória coletiva e experiência**. Psicol. USP, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771993000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 de Outubro, 2019.

SIGAUD, Lygia. **A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana**. Novos Estudos CEBRAP. 58, 73-92, 2000.

SPINK, Mary Jane. **Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais**. In: Textos em representações sociais. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. – 2.e.d – São Paulo: Expressão

Popular, 2012.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, Paul. **Problems of method in oral history**. In: ORAL HISTORY JOURNAL, Essex, n. 4, p. 5, march, 1972.

VASQUEZ, Gislayne Cristina Figueiredo. **A Psicologia na área rural: os assentamentos da Reforma Agrária e as mulheres assentadas**. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 29, n. 4, p. 856-867, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000400015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 de Novembro, 2019.

VINHAI, Moisés. **Problemas agrário-camponeses no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

VYGOTSKI, Levy. **Psicologia Pedagógica**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

Sobre os autores

Cristian Da Cruz Chiabotto – Psicólogo graduado pela Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões (URI Campus de Santiago/RS). Pós-graduando do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental e Coletiva da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-0035-1447>

Rosangela Montagner – Graduada em Filosofia pela Universidade Franciscana e História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Educação pela UFSM e professora dos departamentos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da URI Santiago, Rio Grande do Sul. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0003-3212-764X>

Como citar este artigo

CHIABOTTO, Cristian Da Cruz; MONTAGNER, Rosangela. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST): narrativas, memórias e histórias na luta pela terra. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 210-231, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão

crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Cristian Da Cruz Chiabotto** ficou responsável pela aquisição de dados e suas interpretação e análise, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo e seu desenvolvimento teórico-conceitual; a segunda autora **Rosangela Montagner** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e revisão do texto.

Recebido para publicação em 29 de fevereiro de 2020.

Devolvido para a revisão em 15 de setembro de 2020.

Aceito para a publicação em 26 de outubro de 2020.
